

Supremo Tribunal Federal

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 09.06.2006
EMENTÁRIO Nº 2 2 3 6 - 5

16/05/2006

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO AGRADO DE INSTRUMENTO 548.235-1 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. EROS GRAU
 AGRAVANTE(S) : UNIÃO
 ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
 AGRAVADO(A/S) : GUIOMAR FERREIRA E OUTRO(A/S)
 ADVOGADO(A/S) : CARLOS EDUARDO CAVALLARO E OUTRO(A/S)
 INTERESSADO(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
 ADVOGADO(A/S) : PGE-SP - LUCIANA MARINI DELFIM

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. EX-SERVIDORES DA FEPASA. REGIME ESTATUTÁRIO. PENSIONISTAS. PENSÃO INTEGRAL. AUTO-APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, § 5º (ATUAL § 7º) DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.

1. Orientação de ambas as Turmas deste Tribunal no sentido de que os antigos ferroviários que atuavam perante a extinta FEPASA estavam submetidos ao regime jurídico estatutário e não à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

2. Recebimento de pensão por morte no valor da totalidade dos vencimentos ou proventos dos servidores falecidos, à luz do auto-aplicável art. 40, § 5º (atual § 7º), da Constituição do Brasil, observado o teto inscrito no art. 37, XI, da CB/88. Precedentes.

Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 16 de maio de 2006.

EROS GRAU -

RELATOR



Supremo Tribunal Federal

16/05/2006

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 548.235-1 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. EROS GRAU
 AGRAVANTE(S) : UNIÃO
 ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
 AGRAVADO(A/S) : GUIOMAR FERREIRA E OUTRO(A/S)
 ADVOGADO(A/S) : CARLOS EDUARDO CAVALLARO E OUTRO(A/S)
 INTERESSADO(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
 ADVOGADO(A/S) : PGE-SP - LUCIANA MARINI DELFIM

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: Neguei seguimento ao agravo de instrumento nos seguintes termos:

"DECISÃO: Cuida-se de agravo de instrumento contra despacho do Desembargador 4º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou seguimento a recurso extraordinário, fundamentado no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no apelo extremo, ofensa ao artigo 40, § 5º, da Constituição do Brasil.

3. Efetivamente, não merece seguimento a irresignação derradeira. O Pleno desta Corte, ao julgar o Mandado de Segurança n. 21.521, DJ de 6.8.93, firmou o entendimento de que "a pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sendo que este quantum deverá corresponder ao valor da respectiva remuneração ou provento, observado o teto inscrito no artigo 37, XI da Constituição Federal".

4. Ante o exposto, com base no art. 21, § 1º, do RISTF, nego provimento ao agravo."

2. A agravante alega que o entendimento exposto na decisão agravada não pode ser aplicado ao presente caso, uma vez que as ora agravadas são pensionistas de funcionários que não eram considerados servidores públicos, mas sim empregados públicos submetidos à Consolidação das Leis do Trabalho que atuavam perante a FEPASA,



AI 548.235-AgR / SP *Supremo Tribunal Federal*

posteriormente incorporada pela Rede Ferroviária Federal S/A --- em liquidação, empresas estas que possuem natureza jurídica de direito privado por serem sociedades de economia mista.

3. Sustenta que o art. 40, § 5º, da Constituição do Brasil (antiga redação) somente se aplica aos servidores públicos submetidos ao regime estatutário.

4. Requer a reconsideração da decisão ora impugnada ou provimento deste agravo regimental, para que o recurso extraordinário tenha regular processamento.

É o relatório.

)

AI 548.235-AgR / SP *Supremo Tribunal Federal*

V O T O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau (Relator): O presente recurso não merece provimento.

2. Segundo orientação pacífica de ambas as Turmas deste Tribunal, os antigos ferroviários que atuavam perante a extinta FEPASA estavam submetidos ao regime jurídico estatutário e não à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Nesse sentido, AI n. 244.972-AgR, Relator o Ministro Moreira Alves, 1ª Turma, DJ de 10.8.2001, RE n. 237.049-AgR, Relator o Ministro Maurício Corrêa, 2ª Turma, DJ de 25.4.2003, e RE n. 211.984-AgR, Relator o Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 22.8.1997, cuja ementa transcrevo a seguir:

“EMENTA: COMPETÊNCIA. PENSIONISTAS DE EMPREGADOS DE ESTRADA DE FERRO INCORPORADA PELA FEPASA. DIFERENÇAS DE PENSÕES. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já se firmou no sentido de que compete à Justiça Comum Estadual dirimir demanda proposta por antigos ferroviários e pensionistas de empresas incorporadas à FEPASA, buscando a retificação do cálculo de seus proventos ou pensões, com base no Estatuto dos Ferroviários, tendo em vista estarem submetidos a uma relação estatutária de serviço público e não à CLT.

Recurso extraordinário não conhecido.”

3. Dessa forma, sendo as agravadas pensionistas de funcionários da extinta FEPASA, que eram submetidos ao regime jurídico estatutário, a estas é devido o recebimento de pensão por morte no valor da totalidade dos vencimentos ou proventos dos servidores falecidos, à luz do auto-aplicável art. 40, § 5º (atual § 7º), da Constituição do Brasil, observado o teto inscrito no art. 37, XI, da CB/88, conforme entendimento deste Tribunal exposto no MS

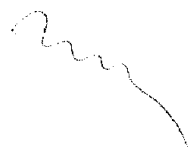
3

AI 548.235-AgR / SP *Supremo Tribunal Federal*

n. 21.521, Relator o Ministro Carlos Velloso, Plenário, DJ de 6.8.93. Nesse sentido, ainda, o RE n. 210.573, Relator o Ministro Moreira Alves, 1ª Turma, DJ de 28.11.97, o RE n. 225.799, Relator o Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 4.9.98, e, em caso análogo, o RE 240.380-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 6.8.99, assim ementado:

"EMENTA: - Pensão por morte de servidor da FEPASA. 2. Aplicação do artigo 40, § 5º, da Constituição Federal. 3. Esta Corte já firmou o entendimento segundo o qual esse dispositivo, que é auto-aplicável, determina a fixação da pensão por morte do servidor no valor correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos que ele percebia. Precedentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento."

Nego provimento ao agravo regimental.



*Supremo Tribunal Federal***SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA**

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 548.235-1

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. EROS GRAU .

AGTE.(S): UNIÃO

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AGDO.(A/S): GUIOMAR FERREIRA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): CARLOS EDUARDO CAVALLARO E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S): ESTADO DE SÃO PAULO

ADV.(A/S): PGE-SP - LUCIANA MARINI DELFIM

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 16.05.2006.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Sandra Verônica Cureau.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador